

UFVJM na “Terra das Palmeiras”: troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade

Cezar Luiz De Mari¹, Andrea Kelmer de Barros², Sidimara Cristina de Souza³

¹Universidade Federal de Viçosa - UFV. Rua do Catete, 225, Apt. 202, CEP: 35540-000, Mariana-MG.

²UFVJM/TO

³UFVJM/TO

Resumo

O artigo tem por objetivo descrever a comunidade do Pindorama – “Terra das Plameiras” (Bairro Solidariedade) da cidade de Teófilo Otoni em suas dimensões política, econômica e social. Trata-se de um bairro de periferia urbana com grandes reflexos da questão social. Ao longo dos anos de 2008 e 2009, a partir da realização de atividades de extensão que envolveu a UFMG e os moradores da supracitada comunidade, buscou-se uma intervenção ativa e propositiva em termos de troca de conhecimentos. A itinerância metodológica previu aproximação entre a universidade e as lideranças comunitárias na perspectiva de refletir a realidade local e promover processos de formação de modo interativo. Os resultados apontam que os moradores vivem em condições econômicas desfavoráveis, baixa escolaridade, pouco apoio governamental, seja na esfera Estadual, ou municipal. Ao mesmo tempo encontramos grupos organizados como a creche, jovens e mulheres buscando mecanismos de superar tais condições pela afirmação das políticas públicas.

Palavras-chave: Pindorama. Educação. Organização. Questão Social.

1 Introdução

Os moradores de periferias urbanas encontram-se em condições vulneráveis quanto ao poder aquisitivo e ao acesso às políticas sociais. O bairro Solidariedade da cidade de Teófilo Otoni não está fora de tal realidade, ratificando-se assim a necessidade de mobilização e organização da população para o esclarecimento em busca da efetivação de seus direitos sociais.

O bairro Solidariedade, mais conhecido como Jardim Pindorama, localiza-se na zona sul da cidade. Tem um conjunto habitacional com 176 casas, com área construída de 18 metros quadrados, em lotes de 125 metros quadrados. Esse foi planejado para atender a um contingente de desabrigados das chuvas e a população flagelada oriunda de famílias camponesas que chegaram a Teófilo Otoni, nos anos 1970/80. Atualmente comporta uma população de aproximadamente 2.000 habitantes. (MIRANDA, 2006, p.38)

Na busca de aproximação da FACSAB/UFVJM com a comunidade do bairro Solidariedade foi criado o projeto de extensão e pesquisa, *Café Filosófico-Social: Cidadania e Participação Popular* com o objetivo de oferecer assessoria técnica envolvendo professores e estudantes em ações de pesquisa e extensão comunitária, além de conhecer o perfil sócio-econômico e a compreensão de política pública dos moradores. Procuramos compreender quais são os direitos sociais garantidos e não garantidos pelo poder público e, por fim, entender quais concepções de políticas públicas povoam o imaginário dessas populações de bairros periféricos urbanos.

Nos estudos realizados foi percebido que o bairro Solidariedade é formado por famílias de baixa renda com escolaridade baixa, tendo 63,9% estudado até o Ensino Fundamental incompleto.

Os principais recursos comunitários que os entrevistados apontam como necessários para melhorar o bairro são: asfalto (52,57%), calçamento (52,57%), ônibus (10,30%), melhoria na questão da saúde (29,89%), saneamento básico (21,64%), coleta de lixo (13,40%). Entretanto, mesmo sabendo das necessidades, 35,1% dos moradores relatam que não reivindicam melhorias junto ao poder público para a comunidade.

Em Teófilo Otoni verificamos uma sociedade que traz os traços da conjuntura nacional no que diz respeito as políticas públicas. Observamos na cidade as fragmentações e rupturas da expressão social visível nas praças, nas ruas e nos bairros. Apesar das contradições fluem as possibilidades de resistência e organizações populares que apontam os limites e possibilidades para caminhos coletivos. Nesse sentido o presente artigo também mostra os fluxos organizativos e as formas de buscas com fim de superação das contradições que assolam essas populações. A creche comunitária localizada no Bairro é a maior expressão de resistência organizativa e de abertura de perspectiva, tanto em termos de agregação dos processos organizativos quanto em termos de perspectiva formativa de novas lideranças. Por intermédio da creche há um canal de comunicação com os órgãos públicos locais, estaduais e nacionais, permitindo a articulação de projetos e de alternativas de políticas públicas.

Para descrever melhor esta realidade foi realizado um estudo transversal no período de 14 a 15 de abril de 2009, com aplicação de questionários avaliando as condições sócio-econômicas e a concepção de política pública dos moradores. Foram aplicados 97 questionários mediante a apresentação do termo de livre esclarecimento. Para lideranças foram aplicados dois questionários com perguntas direcionadas com fim na percepção da política pública. A coleta dos dados foi tabulada no *Epi Info* versão 6.4D.

Nossa base teórica esteve ancorada em Gramsci (1999), Heller (1992), Freire (1987, 1989, 1992) e Miranda (2006).

2 Dados sócio-econômicos

Em relação à renda familiar, foi percebido que os entrevistados recebiam no máximo até R\$500,00 e que o programa Fome Zero é a alternativa de renda mais freqüente, 22 (23,0%)¹. Indicativo de que as assistências voltadas para a produção de trabalho estão sendo reduzidas a políticas paliativas de geração de renda.

¹ A idade média dos entrevistados variou de 18 a 81 anos e o número de moradores por domicílio foi mínima de 01 e máxima de 10. Verificou-se, também que 77 % (75) dos participantes pertenciam ao sexo feminino.

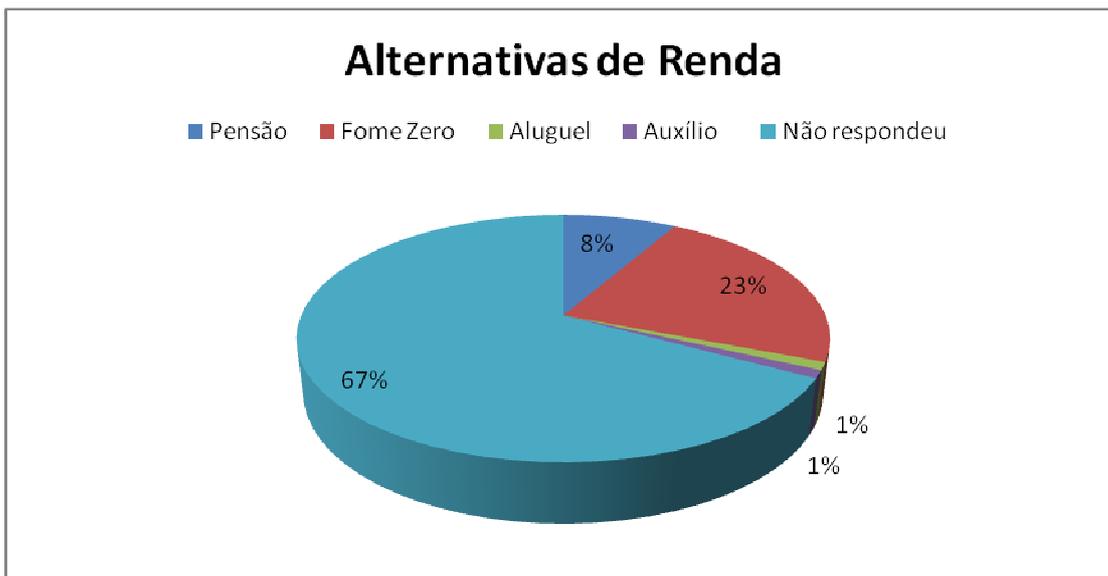


Figura 1. Frequência da alternativa de renda e situação profissional.

Dos 54 (56,0%) entrevistados que alegaram estar desempregados, 26 (48,01%) estavam sem emprego a mais de um ano, 2 (3,7%) de seis meses a um ano, 12 (22,0%) não quiseram responder e apenas uma pessoa (1,95%) relatou nunca ter tido emprego.

Conforme dados do DIEESE SEAD (04/2010) a taxa total de desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte está em 9,9%. A média da comunidade está distanciada da média metropolitana com o agravante de atingir massivamente o sexo feminino.



Figura 2. Situação profissional dos entrevistados

3 Escolaridade

Dos entrevistados 62 (63,9%), estudaram até o Ensino Fundamental incompleto de acordo com a Figura 3. A realidade brasileira, e sua tradição de políticas compensatórias quantitativas têm mantido os índices de analfabetismo no patamar de 11,8% (IBGE, 2002). A escola demonstra os limites de uma política educacional que rumo para o nível da assistência pela média nacional de analfabetos funcionais em torno de 26% (IBGE, 2002). O que aparece no Pindorama é um pequeno recorte empírico da fragmentação das políticas nacionais que não atendem as realidades regionais.

Com o Governo Fernando Henrique Cardoso (1996-2002) tivemos uma ênfase na iniciativa privada, que por sua vez desestruturou as políticas públicas entre elas a escola, dando mais ênfase à educação como *commodity*.

A idade média dos entrevistados variou de 18 a 81 anos, e o índice de analfabetismo na Comunidade do Pindorama é de 21%. Bem acima da média nacional. Conforme relatório do IBGE (2002) “A média de anos de estudo é uma forma de medir a defasagem escolar”. Segundo dados da ARMICOPA (2005) no âmbito do Vale do Mucuri encontramos um alto índice de analfabetismo funcional atingido 53,5 % da população (9,6% analfabetos e 43,5% com até 03 anos de estudo).

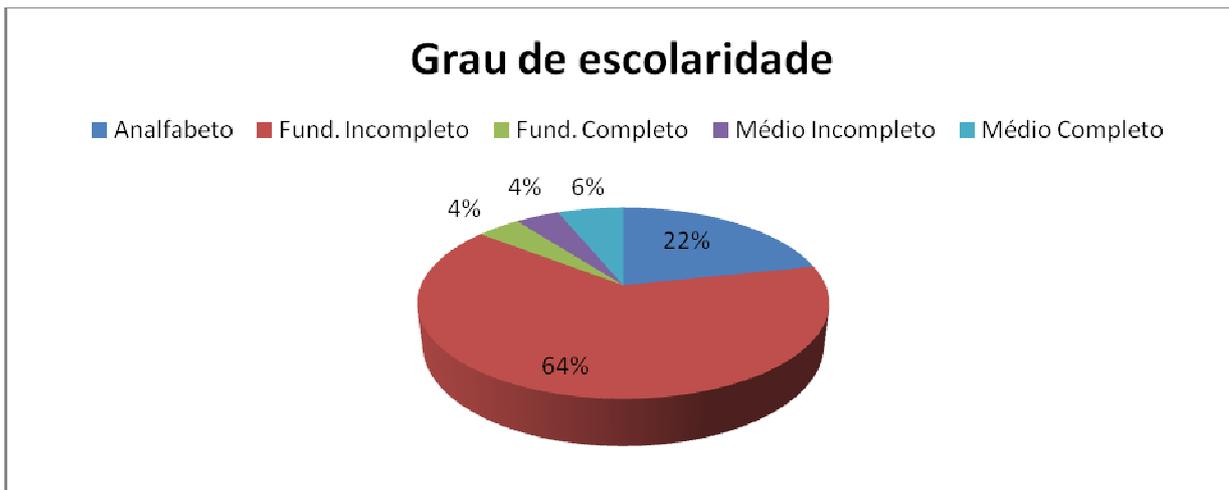


Figura 3. Nível de escolaridade.

4 Participação comunitária

Dos entrevistados, 34 (35,1%) conforme Figura 4, disseram não fazer nenhuma reivindicação para conseguir melhorias para a comunidade, fruto do exercício da política local que reproduz um processo de descentralização de funções e das responsabilidades públicas. A responsabilização pelos limites sociais é direcionada ao cidadão. De outro lado, a política exercida traz uma concepção separada de Estado e Sociedade Civil, e isso faz com que os direitos sejam compreendidos no viés assistencial.

Como conseguem melhorias para a comunidade.

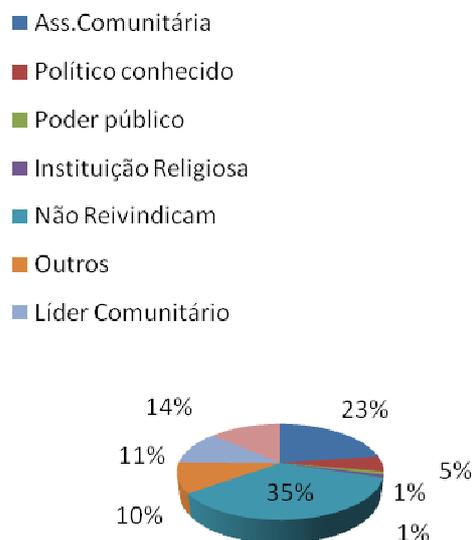


Figura 4 Mecanismos de melhorias comunitária.

Conforme Figura 5 as entidades Filantrópicas/ONGS foram as mais apontadas, 19 (19,58%) como as que prestam alguma ajuda ao bairro, demonstrando o afastamento da responsabilidade do Estado da execução das políticas sociais.

Instituições que atuam na comunidade

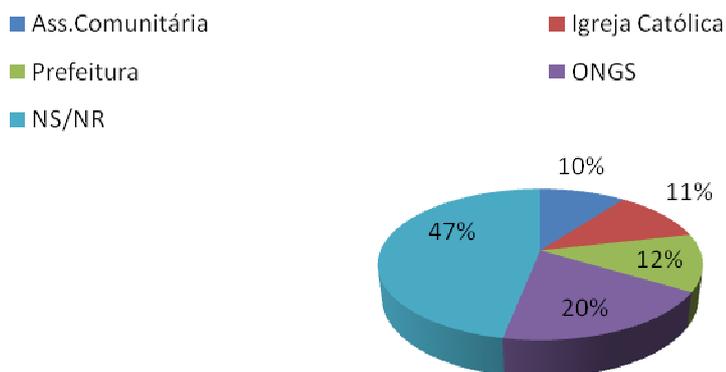


Figura 5. Instituições parceiras da comunidade.

Dos entrevistados, 74 (76,3%) falaram que não participavam de alguma instituição ou movimento para melhorias na comunidade. 14 (14,4%) participavam de algum centro comunitário ou associação de moradores, 8 (8,2%) de outra instituição ou movimento e apenas (1,0%) de um grupo esportivo. Em torno de 5 (5,15%) não participavam porque não tinham interesse; 6 (6,18%) por não conhecerem os processos organizativos, e o mesmo resultado para os que apontaram não visualizarem resultados, e, 11 (11,34%) não participavam por não terem tempo.

Em relação à segurança no bairro, 77 (79,38%) disseram não haver problema, por outro lado 18 (18,55%) falaram que têm dificuldades com a segurança e 2 (2,06%) não quiseram responder.

Dos entrevistados, 40 (41,23%) relataram sobre o apoio esporádico dos serviços de policiamento; 20 (20,61%) disseram que não contam com ele; 19 (19,58%) que sim como apoio permanente; 15 (15,46%) que o policiamento sobe somente quando é chamado; 2 (2,06%) somente a noite e, 1 (1,03%) não respondeu. E 63 (64,94%) se sentem seguros ao andar a noite pelo bairro; 29 (29,89%) não se sentiam seguros e 5 (5,15%) não responderam.

Em parte a sensação de segurança se deve ao fato de que todos os moradores se conhecem, e do alto controle implementado pela Polícias Militar e Civil na região a partir do ano 2000 dado os altos índices de assassinatos e apreensões de entorpecentes.

A média de tempo de permanência dos moradores entrevistados no bairro foi de 240 meses, sendo o mínimo de 2 meses e máximo de 420 meses. Tendo um desvio padrão de 105,931. Sobre a questão se existe alternativa de trabalho para a juventude no bairro, 30 (30,92%) disseram que existia; enquanto 65 (67,01%) que não; e apenas 2 (2,06%) não responderam.

Sobre a existência de programas de terceira idade, 31 (31,95%) afirmam que existia e 65 (67,01%) que não; e somente 1 (1,03%) não respondeu. Com relação aos tipos de programas da terceira idade tivemos, 16 (16,49%) exercícios físicos, 7 (7,21%) reuniões para idosos ; e 1 (1,01%) disseram que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Programa Saúde da Família – PSF; alfabetização e cursos de costura pela Creche comunitária.

Sobre quais as atividades existentes e com participação da comunidade, foram diagnosticados: 37 (38,14%) cursos ou oficinas; 19 (19,8%) jogo de futebol; 11 (11,34%) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e 11 (11,03%) natação. Sendo que foram 58 (58,79%) dos que falaram que existia algum programa para as crianças e jovens fora do horário de aula, 33 (34,02%) que não; 6 (6,18%) não quiseram responder, ou não sabiam.

As demandas dos moradores sobre o que fazer no Bairro para melhorá-lo foram as seguintes: asfaltamento e calçamento com 51 (52,57%); saúde com 29 (29,89%); ônibus 10 (10,30%); documentação dos casos; 9 (9,27%); segurança 8 (8,24%); Esgoto (21,64%); coleta de lixo 13 (13,40%); escola, atenção por parte da prefeitura, mais telefones públicos 5 (5,15%); energia elétrica (7,21%); líder comunitário e supermercado 6 (6,18%); cursos profissionalizantes e lazer 4 (4,12%); construção de praças, dentistas, ajuda a família carentes, programas contra a violência feminina 2 (2,06%); organizar a associação 1 (1,03%) (Cf. Figura 6).

Em 2007/2008 as ações resultantes de trabalho conjunto para melhorias do bairro a mais citada foi a reforma da quadra, 22 (22,68%).



Figura 6 Ações da comunidade nos anos de 2007 e 2008

5 Deficit habitacional

Das pessoas entrevistadas, 44 (45, 4%) relatam que o imóvel que tinham era cedido; 40 (41,2%) que era comprado; 9 (9,3%) o imóvel tinha outra situação, 2 (2, 1%) o imóvel tinha sido ocupado e 2 (2,1%) era alugado. 7 (7,21%) dos pesquisados tinham outro imóvel, 89 (91,75%) não tinham nenhum e, 1(1,3%) não responderam. 24 (24,7%) tinham algum cômodo improvisado em casa e 73 (75,3%) afirmavam que não. 63 (64,9%) não tinham nenhum documento que comprovava a situação do imóvel, 9 (9,3%) tinham apenas concessão do direito real de uso, 4 (4,1%) tinham o título legal, 17 (17,5%) apenas um recibo de compra e venda, 2 (2,1%) outros tipo de comprovantes, 2 (2,1%) não sabiam responder. 95 (97,9%) dos participantes da pesquisa tinham banheiro e somente 2 (2,1%) não tinham. Dos que tinham, 87 (91,57%) o banheiro era dentro de casa e 8 (8,42%) o banheiro era fora de casa. O material predominante das casas da maioria dos moradores, 91 (93,8%) construído de alvenaria, 2 (2,1%) adobe, 3 (3,1%) outras matérias e 1 (1,3%) não sabiam responder. A cobertura de 40 (41,2%) de amianto, 36 (37,1%) telha de cerâmica, 15 (15,5%) laje e 6 (6,2%) outras coberturas.

Ao longo do histórico do bairro foram reforçadas políticas pontuais de cunho eleitoral que tornam as instituições e os movimentos organizativos dependentes. A expressão mais forte disso é a relação dos moradores com a moradia. Os lotes foram doados no início da década de 1980 e até o momento os mesmos não foram regularizados, criando uma tensão permanente nos períodos eleitorais sobre a garantia da posse. Condição que torna a população vulnerável às promessas eleitorais e com medo permanente de perda da moradia.

6 Considerações finais e perspectivas interventivas

Juntamente com o diagnóstico foi realizada uma pesquisa sobre a concepção de políticas públicas das lideranças comunitárias. Foram entrevistadas duas lideranças locais para tal. As falas convergem no sentido das dificuldades de agregar o conjunto do bairro em propostas mais coletivas. Dificuldades que se expressam pelo esvaziamento de órgãos como a

Associação de Moradores. Mas a percepção da política pública também permeia a lógica do direito público, superando a concepção da política do favor e da assistência.

Ao finalizarmos esta pesquisa podemos concluir que o processo de trabalho resultou em: primeiro contato da UFVJM/TO com o Bairro Solidariedade, circunvizinho ao novo Campus; proporcionou uma aproximação de estudantes, professores e lideranças comunitárias externas a comunidade; permitiu um processo de diálogo e de participação comunitária na ordem de 40 membros nas reuniões mensais e extraordinárias; permitiu o desdobramento de outros projetos *Ad Hoc* ao projeto Café Filosófico-Social, tais como: pré-vestibular comunitário² que atende atualmente a trinta jovens proveniente dos bairros vizinhos ao Pindorama; tornou mais objetiva a relação de conhecimento dos moradores sobre quais suas necessidades e preocupações; visualizou uma radiografia inicial por meio do diagnóstico sócio-econômico, possibilitando uma melhor intervenção das instituições que atuam na comunidade; demonstra a percepção comunitária contraditória sobre o que é a política pública, uma de viés mais passivo, esperando das lideranças e das instituições que promovam as políticas e outro com viés mais ativo, sugerindo novas alternativas e propondo projetos que avancem a condição do bairro.

Outra frente de trabalho iniciada pelo curso de Serviço Social da UFVJM em 2009, através de estagiários do curso, é um conjunto de palestras oferecido a adolescentes e jovens do bairro na prevenção do uso de drogas e temas de interesses deste público, como gravidez na adolescência, dentre outros. Este trabalho é realizado em parceria com os assistentes sociais e estagiários que atuam no CRAS que atende ao bairro.

O contato da equipe de professores e alunos com os moradores têm priorizado uma aproximação de constante diálogo e de interação entre a Universidade e a Comunidade, reacendendo a necessidade de mobilizar as instâncias organizativas ao redor de uma agenda mínima diante das demandas das políticas públicas. Compreendemos que a Universidade possui um papel de mediadora ativa, contribuindo essencialmente na elaboração de diagnósticos, na formação e capacitação de lideranças, ao mesmo tempo em que cria vínculos de troca de conhecimentos. Os procedimentos metodológicos querem tornar visível à própria comunidade, reforçando a organização e o trabalho coletivo como caminhos construtivos para o exercício da cidadania (FREIRE, 1987, 1989, 1992). Incentivamos, em todos os momentos, o diálogo com os moradores, a participação de todas as instituições envolvidas (Creche, Igreja, Associação de Moradores, Conselhos, Universidade, moradores, e principalmente os jovens), bem como voluntários que desejem contribuir com as ações estabelecidas. Desse modo capacitação/formação e o diagnóstico sócio-econômico expressaram uma maior articulação teórico-prática. A ênfase de todo o Projeto é feito na afirmação dos direitos públicos a fim de que os mesmos sejam conhecidos, incorporados e buscados coletivamente.

7 Referências

ARMICOPA. Educação. *Jornal Território Mucuri*, Ano 01, n 004, julho de 2005, p. 05

DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego Abril/2010*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml>, acessado em junho de 2010.

IBGE. *Educação no Brasil, 2002*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, acessado em junho de 2010.

FREIRE, Paulo. *Aprendendo com a própria história*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

² Este trabalho é resultado de um projeto de intervenção desenvolvido por alunos estagiários do curso de Serviço Social da UFVJM, apresentado à supervisora de estágio, professora Andréa Kelmer de Barros e posteriormente inserido nas atividades do projeto de extensão Café filosófico-social.

_____. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. São Paulo: Vozes, 1989.

_____. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Civilização brasileira, 1999.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MIRANDA, S. M. Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri – MG. *Tese de Doutorado em História Social*. Universidade de São Paulo – USP, 2006.